

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1981

IJ01066
347/2009
EX: 1

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Eurico Vieira de Rezende

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Octávio Luiz Guimarães

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Orlando Caliman

ÍNDICE

PÁGINA

1. INTRODUÇÃO	4
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
3. CONCLUSÕES	55

1.

INTRODUÇÃO

A sistematização de informações, em forma de Relatório, constitui, antes de tudo, uma forma eficaz de acompanhar, controlar e avaliar o desempenho das ações planejadas, com vistas a realimentação do processo decisório, tendo em vista a correção de desvios ou distorções do processo executivo, na consecução de objetivos estabelecidos.

Nessa ótica, a síntese dos principais planos, programas ou projetos elaborados devem ser vistos com meios e não fins de um processo, uma vez que é comum ocorrerem equívocos, invertendo-se essa ordem e considerando-os como produtos acabados. O planejamento vem sendo visto como um processo pelo qual se realiza uma operação, visando dar maior eficiência a atividade governamental. Para tanto, é necessário atentar para o fato de que suas fases não devem ser vistas como um processo linear.

O processo de planejamento é um procedimento lógico, tendo o homem como sujeito e também objeto de ações planejadas. Sua operacionalização depende, portanto, da situação político-social a qual se insere. Os planos, programas ou projetos são apenas ferramentas da ação planejada. Não têm vida própria. Sua existência deve confundir-se com a própria prática na consecução de objetivos sociais. Portanto, é um equívoco dar ao planejamento ou seus instrumentos *responsabilidades*, senão aquelas de oferecer suporte às decisões, enquanto atos políticos.

Levado por essa premissa, o Instituto Jones dos Santos Neves vem procurando consolidar um processo capaz de oferecer à ação governamental, o instrumental necessário à tomada de decisões, tendo em vista intervenções calcadas no conhecimento mais acurado da realidade capixaba.

Desde sua criação, como Fundação, o urbano tem se constituído em objeto de estudo, relacionando-o diretamente ao processo de desenvolvimento capixaba, mediante a multiplicidade de efeitos gerados no espaço físico-geográfico.

Os fenômenos urbanos vistos num todo e refletindo especificidade da relação campo-cidade, faz com que os estudos tenham uma abrangência maior do que a cidade propriamente dita, estendendo-se ao contexto regio

nal. Os estudos empreendidos visam o incentivo à potencialidades regionais, a diminuição das disparidades existentes nas regiões programadas, a fixação do homem no meio rural, a promoção e ordenação de programas de desenvolvimento urbano, voltadas a estruturação básica do espaço físico compatibilizadas com as condições sócio-econômicas locais e regionais.

Por outro lado, os estudos dos diversos subsistemas que compõem o urbano - transportes, habitação - permitem equacionar soluções para as partes do seu todo metabólico contribuindo para eliminar os estrangulamentos e melhorar seu desempenho funcional.

A maior demanda de estudos e projetos de intervenção do Instituto tem sido voltada a Grande Vitória, região considerada, pela Lei nº 3.176, de 08 de dezembro de 1977, como de desenvolvimento prioritário. A elaboração desses estudos deve-se a emergente política de industrialização dessa região, área alvo de intensas migrações verificadas nas últimas décadas no Estado.

Para tanto, vêm elaborando Planos Diretores Urbanos para cada um dos municípios componentes da Grande Vitória, procurando a implementação de políticas de uso do solo a nível municipal, consubstanciadas com estratégias direcionadas à estruturação do Espaço da Aglomeração Urbana, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Exerce a competência, atribuída pela Lei Estadual nº 3.384/80, de exame e anuência prévia de projetos de parcelamento do solo, para fins urbanos, nas hipóteses estabelecidas pela Lei Federal nº 6.766/79.

Abriga, ainda, o Projeto Especial Cidades de Porte Médio, destinado a promover o atendimento à população de baixa renda da Grande Vitória, através da melhoria de infra-estrutura física e dos equipamentos sócio-comunitários, bem como a geração de oportunidades de emprego adequadas a realidade desses segmentos e aperfeiçoamento da administração pública.

Na área de transportes, elaborou entre outros o Programa de Investimentos em Transportes Urbanos, destinado ao desdobramento das diretrizes de

finidas pelo PPTU - Plano Prioritário de Transporte Urbanos, Biênio 81/82; Estudo de Ampliação e Revitalização do Sistema de Transporte Aquaviário da Grande Vitória.

Na área de estudos regionais, destaca-se o Programa de Elaboração de Planos Regionais do Espírito Santo que, objetiva o estabelecimento de uma política para um desenvolvimento harmônico do Estado. Esse estudo gerou a elaboração do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI que busca a integração econômica, a diminuição das disparidades regionais e o aproveitamento das potencialidades das regiões programadas.

Mereceu, também, destaque o Plano de Desenvolvimento da Zona do Rio Doce e o estudo dos Indicadores Econômicos para o Espírito Santo 1975/1979, assim como uma Análise de Industrialização Capixaba. Na área educacional, o Instituto Jones dos Santos Neves deu prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos pelo Convênio com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, relativos ao diagnóstico e ao dimensionamento da rede escolar nos principais municípios do Estado, desenvolvendo estudos de implantação de um setor de construção escolar e de um cadastro físico das escolas estaduais.

2.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

PROGRAMA DE ELABORAÇÃO DE PLANOS REGIONAIS DO ESPÍRITO SANTO

OBJETIVOS:

Gerais:

- Estabelecimento de uma política para um desenvolvimento harmônico do Estado;
- A atenuação dos desequilíbrios regionais;
- Criação de condições de fixação do homem no interior do Estado.

Específicos:

- Levantar problemas e potencialidades e apresentar programas de desenvolvimento para as regiões.

METODOLOGIA:

- Elaboração de estudos básicos, que se constituem num diagnóstico de cada região em si, sistematizando e analisando as informações existentes sobre os aspectos físicos, demográficos, econômicos e de infraestrutura dos municípios que compõem cada região-programa.

FASE ATUAL:

Durante o exercício de 1981, após a realização de estudos com vistas ao melhor entendimento da realidade estadual, buscou-se ações imediatas que, além de procurar minimizar os problemas existentes, oferecessem um novo referencial para alimentar o processo de planejamento, bem assim, ajustá-lo à realidade a qual se destina. Com isso, iniciou-se o levantamento dos principais problemas do setor primário, tendo, sempre, como pano de fundo, o diagnóstico elaborado até então, o que possibilitou o seu desdobramento no Plano de Desenvolvimento Rural Integrado que, já com re

cursos do FND, alocados pelo MINTER, possibilitou a primeira tentativa de aproximar o planejamento regional à sua operacionalização.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO - PDRI

OBJETIVOS:

- Identificar as regiões de menor dinamismo econômico e/ou que se apresentem carentes de equipamentos e serviços essenciais à manutenção e incremento de suas atividades produtivas, fomentando, nesse sentido, as atividades com efeito potencial no que tange à geração de renda, emprego, aumento de produção e produtividade;
- Possibilitar a fixação do homem na área rural, integrando-a de forma harmônica ao desenvolvimento capixaba, propiciando a integração econômica e a diminuição das disparidades regionais e o aproveitamento das potencialidades das regiões programadas.

METODOLOGIA:

- Diagnóstico, análise e elaboração de indicações de Política Econômica, a partir de dados estatísticos censitários e de pesquisas que proporcionam o melhor conhecimento dos pontos de estrangulamento, bem como as potencialidades econômicas regionais.

PERIODICIDADE:

PDRI-Sul: Outubro de 1981 a abril de 1982

PDRI-Noroeste: Concluído em fevereiro de 1981

RESULTADOS ALCANÇADOS:

- Definição do programa de intervenção do PDRI, com a escolha da macro-área, perfazendo um total de 18 municípios, bem como selecionando os municípios prioritários, e os programas setoriais de investimentos;

- Propostas de intervenção, a partir de subprogramas:
 - . Subprogramas de Ação Econômica - Agricultura, Comércio, Indústria.
 - . Subprogramas de Ação Social - Educação, Saúde, Habitação.
 - . Subprogramas de Aparelhamento Infra-estrutural Rural:
 - . Apoio às atividades econômicas
 - . Eletrificação
 - . Estradas vicinais
 - . Subprograma de Apoio Urbano ao Desenvolvimento Rural:
 - . Interiorização da administração pública estadual
 - . Implantação de equipamentos e serviços urbanos
 - . Telefonia/Comunicação
 - . Escolas
 - . Equipamentos de saúde

O Estudo do PDRI-Noroeste gerou recursos no montante da ordem de Cr\$ 250 milhões junto ao MINTER pelo FND.

PROGRAMA DE APOIO ÀS CAPITAIS E CIDADES DE PORTE MÉDIO

OBJETIVOS:

Gerais:

- Propiciar a criação de novos pontos de desenvolvimento no território nacional;
- Estimular a desconcentração de atividades econômicas e de população;
- Criar novas oportunidades de emprego; e
- Contribuir para a redução das disparidades inter-regional e inter-pessoais de renda

Específicos:

- Elaboração de planos para as sedes dos municípios de Colatina, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia, visando o fortalecimento das cidades pólos, do Espírito Santo, de acordo com o Programa de Estudos Regionais;
- Obtenção de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano - FNDU, coadunando-se com as Diretrizes para a Ação Integrada - 1979/1983.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

No exercício de 1981 o estudo possibilitou a atualização de informações sobre as cidades de Linhares e Nova Venécia, tendo em vista a inclusão dos mesmos no Programa do CPM/BIRD, bem como uma programação de investimentos urbanos nas cidades de Colatina e Cachoeiro no montante da ordem de Cr\$ 40.706 milhões.

MUNICÍPIOS \ SETORES	PLANEJAMENTO E ADMINIST.	SANEAMENTO	INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	TOTAL
Cachoeiro	1.750	7.050	700	9.540
Colatina	4.200	24.966	2.000	31.166
TOTAL	5.950	32.056	2.700	40.706

Para o Município de Cachoeiro foi elaborado o PDLI - Cachoeiro

- Plano Desenvolvimento Local Integrado
- Produto: Planta Urbana de Cachoeiro

Para o Município de Colatina foi elaborado dois planos:

1. Plano Diretor de Contenção às Enchentes, Proteção às Encostas e Drenagem Pluvial de Colatina:

Produto:

- . Diretrizes e metas para:
 - . Contenção de Encostas
 - . Proteção das Enchentes
 - . Drenagem Pluvial

2. Plano Diretor Físico-Territorial Urbano de Colatina

Produto

- . Atualização do Perfil da Cidade de Colatina
- . Refinamento da Estratégia de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano
- . Elaboração da Legislação Básica
- . Elaboração do Programa de Investimentos

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA DO RIO DOCE

OBJETIVOS:

- Aplicação de recursos para o desenvolvimento da Zona do Rio Doce;
- Propiciar, através dos recursos captados, a melhoria das condições regionais e das vias de abastecimento regional;
- Gerar a criação de novos empregos e melhor nível de vida, criando nesse sentido, condições e estímulos à fixação do homem na Região.

METODOLOGIA:

- Consulta aos diversos órgãos sobre as prioridades de investimentos na área em estudo;
- Listagem de projetos e/ou atividades de interesse de implantação na área de estudo;
- Análise e compatibilização dos estudos para fixação das prioridades.

PERIODICIDADE:

Março a novembro de 1981.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

O IJSN coordenou a elaboração dos anteprojetos e montou o plano final de aplicação de recursos que foi encaminhado à CVRD para apreciação e aprovação.

RECURSOS ALOCADOS - RDZRD - 1981 PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cr\$ 1,00

PROJETO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	RECURSOS ALOCADOS EM 1981
1. Barragem do Alto Santa Maria	ESCELSA	100.000.000
2. Estrada Marilândia-Colatina	D.E.R.	50.000.000
3. Centro Profissionalizante da Serra	SEDU	40.000.000
4. Ligação BR-101/Av. Dante Michelini	P.M.V.	40.000.000
5. Praia de Camburi	P.M.V.	16.300.000
6. Apoio à Micro Empresa	BANDES	15.000.000
7. Apoio à Média Empresa	BANDES	15.000.000
8. Parque Gráfico	UFES	20.000.000
9. Centro de Pesquisa de Linhares	U.F.V. MG	25.000.000
10. Fomento Industrial (Pellets de Mandioca)	BANDES	50.000.000
11. Hospital de Carapina	SESA	20.000.000
12. Hospital da Serra	P.M.S.	10.000.000
13. Deslocamento da Adutora em Itacibã	CESAN	6.000.000
14. Saneamento de São Torquato	D.E.O.	20.000.000
15. Ecologia (Pesquisa)	I.J.S.N.	20.000.000
16. Unidade Comunitária de Integração Social	U.C.I.S.	400.000
17. Hospital Padre Máximo de Venda Nova	-	450.000
18. APAE (Vitória)	-	200.000
19. Escola de Agricultura de Colatina	-	315.200
TOTAL		448.665.200

INDICADORES ECONÔMICOS PARA O ESPÍRITO SANTO 1975/1979

OBJETIVOS:

- . Elaborar indicadores econômicos tais como renda interna, Índice do produto real etc.;
- . Possibilitar um conhecimento mais acurado da dinâmica das transformações econômicas sofridas pelo Espírito Santo;
- . Fornecer à comunidade informações que possibilitem uma avaliação e acompanhamento do desempenho da economia;
- . Subsidiar estudos e pesquisas;
- . Subsidiar diretamente o projeto Análise da Industrialização do Espírito Santo.

METODOLOGIA:

1. Realização de estudos retrospectivos e comparativos das metodologias aplicadas por outros organismos assim como análises do referencial teórico puro sobre o assunto.
2. Aperfeiçoamento da metodologia.
3. Reconstrução de Índices Setoriais.
4. Estimativa da renda interna para o Espírito Santo.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Dentro da série de estudos que compõem as Informações Básicas para o Planejamento Urbano, criada pela necessidade de unificação de informações preliminares e interpretações para estudos em andamento destacam-se, durante o exercício de 1981, o estudo *Indicadores Econômicos para o Espírito Santo 1975/1979*. Com ele buscou-se a reconstituição de elementos sobre a evolução da economia capixaba. Os Indicadores Econômicos constituem-se em uma fonte de pesquisa de diferentes setores da economia, vindo a subsidiar a ação governamental no que tange a:

1. Cálculo da Renda para 1975;
2. Renda Interna do Estado do Espírito Santo;
3. Cálculo de Índices;
4. Renda e Índice de Produto Real para o período 1975/1979.

ANÁLISE DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

OBJETIVOS:

- GERAL:

- . Analisar e avaliar o processo de industrialização no Espírito Santo.

- ESPECÍFICOS:

- . Detectar as características da industrialização capixaba em cada etapa histórica;
- . Inserir o processo de industrialização capixaba no processo maior de industrialização do Brasil;
- . Detectar as chamadas indústrias de ponta da economia capixaba;
- . Detectar o grau de integração das indústrias com a economia do Estado;
- . Analisar, criticamente, os impactos da industrialização na sociedade capixaba;
- . Analisar as condições de reprodução e acumulação do capital do Estado;
- . Identificar as perspectivas de diversificação industrial do Espírito Santo.

METODOLOGIA

- . Exame de processo histórico de industrialização brasileira;
- . Analisar a evolução da indústria capixaba;
- . Identificação das características e especificidades da indústria capixaba;
- . Analisar a inserção da industrialização capixaba no contexto econômico nacional;
- . Conclusões

RESULTADOS ALCANÇADOS:

No decorrer do ano em curso, procedeu-se o levantamento de informações preliminares, com vistas a sua consecução definindo-se a metodologia, bem como principais eventes e fontes de recursos, alocados e dispendidos, objetivando tabular informações que propiciem o melhor conhecimento do processo de crescimento econômico do Estado. Como referência, pesquisou-se-ã, a partir do ano de 1930, a expansão cafeeira e a acumulação de capital.

PROJETO PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

OBJETIVOS:

Gerais:

- Subsidiar a ação governamental e, particularmente, a trabalhos da Fundação/Instituto Jones dos Santos Neves, fornecendo elementos à melhor compreensão da realidade capixaba, a partir da análise de suas tendências históricas, para melhor embasar o planejamento estadual;
- Atuar como Banco de Informações Sócio-econômicas e Administrativas, especialmente voltado ao processo de formação histórica de núcleos urbanos no Espírito Santo;
- Buscar melhor humanização na aplicação de técnicas de intervenção, através da utilização do substrato cultural do Espírito Santo.

Específicos:

- Formação de um acervo de antigos mapas, plantas, cartas geográficas, croquis, fotografias e documentos que envolvam assuntos pertinentes a administração estadual e, prioritariamente, municipal do Estado;
- Reconstituição de fatos que marcaram época na história capixaba através de depoimentos orais, com pessoas ligadas ao passado da administração do Estado e/ou municípios;
- Reprodução de documentos que não estejam arquivados na Capital do Estado, de grande importância à reconstituição de fatos históricos do Espírito Santo.

METODOLOGIA:

Para cada município visitado, são desenvolvidos os seguintes programas:

1) Documentos Municipais:

Reprodução de documentos em cópias xerox dos documentos existentes no município de interesse para a formação do acervo do serviço de documentação.

2) Levantamento Fotográfico:

Levantamento das estruturas arquitetônicas, notadamente dos séculos XIX e século XX - até 1930, que tenham representatividade, quer na área urbana, quer na área rural do município, incluindo patrimônio natural, que mereça maior proteção.

Para viabilização dessa etapa, realizou-se os seguintes tópicos:

- Contato com pessoas que conheçam bem a região rural e urbana do município;
- Localização das edificações;
- Levantamento fotográfico nos principais ângulos da edificação;
- Relato descritivo da edificação, sob os seus aspectos artísticos, arquitetura, com principais detalhes, áreas, nível de construção, construtor, originalidade, etc - e histórico (época de construção, construtor, proprietários passados e presentes, acontecimentos ligados à edificação, etc).

A finalidade dessa etapa deverá ser sucedida pela realização de divulgação junto a população de cada município sobre o trabalho desenvolvido, a fim de se motivar a comunidade à necessidade de preservação e manutenção dos imóveis levantados. Essa seria uma forma de conscientizar a população sobre o valor do patrimônio, patentear o valor, importância e história de cada edificação.

3) História Oral:

Esse programa constitui, basicamente, de entrevista com pessoas que viveram a realidade social, econômica, administrativa e política, com depoimentos gravados e transcritos que assegurem a perenidade de informações.

A nível municipal, as etapas a serem cumpridas são:

- Descobrir memórias vivas do município;
- Contactar e explicar o projeto;

- Entrevistas às pessoas relacionadas, com o máximo de liberdade, mas procurando direcionar o assunto referente ao passado regional.

Critérios para a escolha das pessoas-memórias:

- Ter participado da administração pública de forma notável;
- Íntima ligação com política, artes, folclore, cultura regional;
- Parentes de figuras ilustres já falecidas e que possuem reconhecidamente renome regional.

A nível estadual, as etapas a serem cumpridas são:

- Localização e seleção de memórias vivas do Estado, usando critérios, tais como a participação na administração, política e/ou cultural do Estado, usando os recursos de técnica da história oral.
- Reprodução de documentos.

Utilizar-se-á nessa etapa dois tipos de reprodução de documentos:

- Cópia xerox;
- Cópia micrográfica.

Fazendo uso do levantamento realizado nos arquivos brasileiros (Espírito Santo: Informações bibliográficas), de documentação do Estado, essa etapa foi caracterizada como de seleção do material bibliográfico, de acordo com sua importância e não da existência no Estado.

Os documentos cartográficos foram reproduzidos, através de cópias xerox e microfilmes.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Durante o exercício de 1981, a equipe de estudos elaborou um projeto para obtenção de recursos do FNDCT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que foi encaminhado à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, com vistas ao exame de viabilidade técnica. Paralelamente

te, foram sendo trabalhados os produtos resultantes das pesquisas em campo. Até o final do exercício, no entanto, a FINEP não se pronunciou a respeito da aprovação do pedido de financiamento, o que impossibilitou o cumprimento do cronograma em curso.

IMPLANTAÇÃO DE UM SETOR DE CONSTRUÇÃO ESCOLAR E UM CADASTRO FÍSICO DAS ESCOLAS ESTADUAIS

OBJETIVOS:

- . Dar prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos no Convênio SEDU/IJSN, relativos ao diagnóstico e ao dimensionamento da rede escolar nos principais municípios do Estado;
- . Implantar um sistema de planejamento, objetivando racionalizar investimentos com melhor adequação às finalidades das obras;
- . Criar e manter um Sistema de Informações Básicas para a tomada de decisões técnicas e políticas no planejamento da rede escolar;
- . Atender ao crescimento da demanda, bem como prover o atendimento funcional e operacional nas novas escolas, as necessidades das novas atividades e programas educacionais.

METODOLOGIA:

- . Levantamento prévio de material existente ou em uso pela SEDU e no Estado seguida de uma avaliação dos mesmos;
- . Propostas preliminar para cada segmento sua organização e instrumentos normativos ou operacionais;
- . Implantação prévia para teste e treinamento para possíveis correções de erros ou inadequações.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

O Estudo proporcionou o conhecimento detalhado da demanda atual e futura, determinação das áreas a serem priorizadas, bem como Normas de Elaboração, Controle e Avaliação de Projetos e Construção Escolares. Encaminhado e posteriormente aprovado pela SEDU, o projeto passou a ser utilizado nas construções em curso, bem como na construção de Novas Escolas.

PROGRAMA CIDADES DE PORTE MÉDIO - CPM/AUV

OBJETIVOS:

- Promover o atendimento à população de baixa renda da Grande Vitória, através da melhoria da infra-estrutura física e equipamentos sócio comunitários, bem como ampliação da rede através da geração de oportunidades adequadas à realidade desses segmentos;
- Aprimorar a atuação das administrações municipais de Vitória, Vila Velha e Cariacica em recursos técnicos e jurídicos de modo que venham a contribuir para o crescimento e o desenvolvimento das cidades por meio de um planejamento integrado.

METODOLOGIA:

- Hipóteses preliminares;
- Avaliação das hipóteses;
- Levantamento aero-fotográfico, para atualização cartográfica;
- Pesquisa sócio-econômica;
- Levantamento da infra-estrutura;
- Levantamento cadastral físico;
- Mapeamento da infra-estrutura;
- Análise do quadro atual;
- Configuração urbana;
- Reavaliação das hipóteses;
- Formulação das novas hipóteses gerais e específicas;
- Anteprojeto geral;
- Avaliação;

- Assinatura de convênio com órgãos competentes;
- Licitação dos projetos aprovados;
- Licitação das obras;
- Fiscalização das obras.

PERIODICIDADE:

- Início em janeiro de 1978.

PRODUTO:

- Perfil da Grande Vitória;
- Estratégia de Intervenção;
- Perfis de Projetos;
- Anteprojetos;
- Assinatura de Convênio no valor de Cr\$ 4,9 bilhões

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Desenvolvimento dos anteprojetos dos componentes e subcomponentes do Projeto CPM/BIRD, envolveu 23 técnicos e 15 estagiários, além da participação direta ou indireta de técnicos de 21 órgãos municipais, estaduais, federais e autarquias.

O estudo consistiu no aprofundamento sucessivo das propostas de intervenção nas categorias de Infra-estrutura Urbana e Comunitária, Emprego e Renda e Modernização Administrativa, nos municípios de Cariacica, Vila Velha e Vitória. As propostas foram aprovadas pela equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU/MINTER) em duas etapas de pré-avaliação e avaliação final dos Anteprojetos, que consistem da justificativa, objetivos, quantificações e propostas, demonstrando viabilidade técnica, financeira, institucional, jurídica, social e comunitária. Foram também conceituados e elaborados os Fluxogramas e Execução dos Componentes para a implementação das propostas. Sua aprovação resultou no Convênio 081/GM/

81, de 20 de novembro de 1981, firmado entre o Ministério do Interior, o Ministério dos Transportes, o Governo do Estado do Espírito Santo e as Prefeituras Municipais de Cariacica, Vila Velha e Vitória, e ainda SDU/MINTER, EBTU/MT, COPLAN/GOES e Instituto Jones dos Santos Neves, no Valor de Cr\$ 4.954.425.000,00 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil cruzeiros). A execução será através de 40 componentes, nas categorias de Infra-estrutura Urbana e Comunitária, Emprego e Renda e Modernização Administrativa, e na implantação da Unidade de Administração do Subprojeto Aglomerado Urbano de Vitória (UAS/AUV).

PROGRAMA ESPECIAL CIDADES DE PORTE MÉDIO

COMPONENTE TRANSPORTE URBANOS

As ações de transportes no Programa CPM/AUV, se desenvolveram de março a novembro de 1981. Os estudos objetivaram a elaboração de anteprojetos, que integram o Sistema de Transporte Coletivo, notadamente para o dimensionamento das vias públicas na Grande Vitória, sendo concluídos os seguintes anteprojetos:

- 1) Vias Alimentadoras do Município de Cariacica;
- 2) Vias Alimentadoras do Município de Vila Velha;
- 3) Vias Arteriais da Grande Vitória;
- 4) PLano de Transportes Coletivos da Grande Vitória (TRANSCOL).

Procurando sempre tratar o planejamento setorial de forma integrada, o estudo se propõe a operacionalizar, principalmente através de projetos de intervenção no espaço urbano, as propostas contidas no PAITT/78.

Assim, visando a inclusão no Programa CPM/AUV foram selecionadas as obras que atendem preferencialmente à população de baixa renda, seja mediante a pavimentação de vias locais, seja através de melhorias nos principais corredores de Transportes Coletivos da Grande Vitória.

Os serviços mobilizados abarcam, ainda a elaboração de propostas, mais detalhadas para intervenção no sistema como um todo possibilitando, assim a inter-relação entre as ações do Sistema e de cada um de seus componentes.

Assim, os anteprojetos foram enviados ao CNDU, EBTU, BIRD, onde foram aprovados, sendo assinados, posteriormente, em 5 de novembro, um Convênio entre o MINTER, o Espírito Santo e as Prefeituras para execução dos

projetos, a partir de 1982. Com isso, foi possível a geração de recursos da ordem de Cr\$ 374 milhões, a preços de abril de 1981, montante que foi reajustado em dezembro de 1981.

TRANSPORTES

Durante o exercício de 1981 foram desenvolvidos diferentes projetos, na área de transportes, em sua maioria como desdobramento das ações anteriores, buscando-se assim processo integrado e contínuo ao planejamento, sendo a seguir descritos suscintamente:

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS

A elaboração desse estudo visou o desdobramento das diretrizes definidas pelo PPTU - Plano Prioritário de Transportes Urbanos, Biênio 81/82, procurando, ainda subsidiar a montagem final do Convênio EBTU 051/80 - aditivo para 81, priorizando dessa forma, as ações no que tange aos investimentos do setor nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

O estudo possibilitará a mobilização de recursos da ordem de Cr\$ 564 milhões.

ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE OBRAS PÚBLICAS

Esse estudo visou o acompanhamento físico mensal dos projetos/obras incluídos no Convênio EBTU 051/80, bem como seu aditivo para 1981. O trabalho foi iniciado em janeiro, tendo-se desdobrado até dezembro do corrente ano.

ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES

Essa atividade foi desdobrada em duas outras de ordem operacional, a saber:

- 1) Elaboração de anteprojeto da Faixa Exclusiva de Transporte Coletivo na BR 262 - trecho entre São Torquato e CEASA, a proposta foi encami

nhada à apreciação do DNER, escritório local, que por sua vez, o encaminharam ao setor de análise de projetos, a nível nacional, que o aprovou tecnicamente.

- 2) Estudos preliminares para implantação da pista exclusiva de transporte coletivo na área central de Vitória.

Esses estudos visam o detalhamento da proposta contida no PAITT - Plano Ação Imediata em Transportes e Trânsito, visando a criação de uma pista exclusiva para coletivos na área central de Vitória.

Sua implantação beneficiará a operação e a circulação de veículos nessa área, bem como aumentará os espaços destinados aos pedestres ao longo de sua extensão. O estudo foi motivado pelo aumento acentuado do número de veículos circulando pelos principais corredores de tráfego da Grande Vitória, especialmente na área central, devido ao crescimento populacional da Grande Vitória, esgotando a capacidade de tráfego do sistema viário atual, principalmente durante as horas de "pico". Somam-se a isso as diretrizes federais no sentido de priorizar o transporte coletivo, que atualmente adquire conformação radial, onde cada bairro é ligado ao centro de Vitória por uma linha de ônibus.

Esse estudo foi paralizado, ao final do exercício, tendo em vista a alocação de recursos, pelo Programa Cidades de Porte Médio, do CNDU, para a elaboração de um plano de transporte coletivo que deverá abranger toda a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, tendo início previsto para o segundo semestre de 1982.

ESTUDO DE AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DA GRANDE VITÓRIA

O estudo integra o item *Transporte Hidroviário*, do Programa Trienal de Investimentos em Transportes Urbanos - 1980/1982 - que está sendo desenvolvido pelo Ministério dos Transportes, sob a coordenação da EBTU. Esse estudo dá prosseguimento ao processo de planejamento urbano e subsidia a ação na Política de Transportes, constituindo-se em aprofundamento da proposta do subsistema aquaviário, contida no PAITT e, atualmente, em operação, no sentido de desviar parte das viagens rodoviárias, entre os bairros e o centro principal, para o sistema integrado ônibus-aquaviário.

OBJETIVOS:

- Analisar a viabilidade técnico-econômica de ampliação e revitalização do Sistema de Transporte Aquaviário da Grande Vitória para o horizonte de 1985 e 1990;
- Definição das potencialidades para implantação de novas linhas e terminais;
- Ampliar a área de influência, pelo sistema, através da integração física-horária e tarifária, entre os sistemas de transportes rodoviário e aquaviário;
- Definir o tipo de barco mais adequado às características da hidrovia e da demanda de passageiros do sistema, bem como a elaboração do seu projeto;
- Elaboração do lay-out de novos terminais, além de propor melhorias nos existentes;

- Estabelecer um programa de necessidades para o sistema aquaviário;
- Definir uma proposta institucional para melhoria na operação do sistema;
- Definir normas para operação e manutenção do sistema.

METODOLOGIA

O estudo foi dividido em três fases que, por sua vez, se subdividiu em tarefas que estão sendo desenvolvidas com a participação individual ou conjunta da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano S.A. - COMDUSA - Coordenara a nível Estadual -, do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e do Instituto Tecnológico do Estado de São Paulo (IPT), sob a coordenação geral da EBTU.

Conforme estabelecido nos termos de referência elaborado pela EBTU, o estudo deverá ser desenvolvido segundo as seguintes fases:

FASE I:

Levantamento do sistema atual e das características das hidrovias nas ligações em estudo.

FASE II:

Determinação das demandas existente e futura.

FASE III:

Definição das necessidades para atendimento à demanda e elaboração de um programa de necessidade para o transporte hidroviário urbano.

A metodologia que está sendo usada, no detalhamento de cada fase, na parte referente ao Instituto Jones dos Santos Neves, é a seguinte:

FASE I:

Foram coletadas informações junto ao órgão operador do atual sistema hidroviário sobre:

- Características físicas e operacionais das embarcações existentes;
- Problemas na manutenção das mesmas;
- Custos operacionais das embarcações;
- Número de passageiros transportados por linha;
- Taxas de ocupação das embarcações;
- Frequência do sistema;
- Tempo de viagem;
- Integração com outros modos de transporte.

Foram feitos estudos e levantamentos em locais previamente definidos e contatos com a Capitania dos Portos, visando a determinação das:

- Condições dos Terminais;
- Características dos pontos de embarque e desembarque;
- Áreas de influência dos terminais;
- Condições de conforto oferecidas aos usuários;
- Receptividade da população ao sistema;
- Características físicas da hidrovia;
- Balizamento do canal de navegação;
- Dificuldades na manutenção do leito do canal;
- Análise do tipo de embarcação mais adequado às condições de navegação do canal, dentro dos padrões legais;
- Existência de algum obstáculo físico que dificulte a navegação;
- Localizações possíveis para novos terminais.

- Localização de possíveis terminais hidroviários, em pontos estratégicos, de forma a atender ao maior número possível de usuários;
- Estruturação preliminar das linhas de ônibus alimentadoras e hidroviárias: as primeiras, deverão servir aos subcentros, alimentar o hidroviário e o sistema rodoviário troncal. As hidroviárias serão orientadas de forma a permitir que os usuários possam cobrir por barco os percursos que correspondem aos trechos mais congestionados da rede viária urbana, desembarcando no centro da cidade, onde se encontram as principais fontes de emprego, ou no terminal de ônibus urbanos, de onde é possível realizar transbordo para os bairros opostos sem passar pelo centro;
- Distribuição modal da demanda de transporte coletivo entre o hidroviário e outros meios alternativos: definida com base no tempo de viagem comparativo e na tarifa de cada modalidade de transporte. Como o estudo será desenvolvido para um horizonte de 5 a 10 anos, considera-se, como variável, o funcionamento dos 2 pontos ligando a Ilha ao continente, pelo lado sul. Como a chamada 3ª ponte encontra-se, ainda, paralisada a sua construção, o estudo deverá ser condicionado a uma viabilidade que, uma vez conformada, ocasionará, em sua implantação, uma sensível modificação nos fluxos de tráfego.

Para melhor caracterização dos últimos dois itens, será realizado um levantamento topobatimétrico em algumas áreas de interesse, marginais ao canal, assim como estudos mareográficos e geotécnicos. (Incluído no estudo hidrológico e sedimentológico a ser desenvolvido pela COMDUSA).

FASE II:

Para o desenvolvimento dessa fase, além dos dados levantados na fase anterior, estão sendo realizados alguns estudos e pesquisas específicas para a identificação e complementação das variáveis explicativas, envolvidas nesse estudo. Essas variáveis definem as características da demanda dos modos e das dificuldades de transporte existentes nas áreas cujas populações são, ou poderão vir a ser, beneficiadas pelas ligações hidroviárias. As informações levantadas estão discriminadas abaixo:

- População;
- Classe social atendida pelo sistema;
- Tendências de crescimento;
- Fatores sócio-econômicos;
- Modo de transporte em operação existente e nível de serviço oferecido;
- Pesquisa domiciliar de origem-destino das viagens na Grande Vitória, de forma a complementar as informações existentes necessárias à definição das linhas de desejo de viagens da população, perfil da demanda ao longo do dia e outros vetores de importância dentro do estudo (atualmente existe uma pesquisa apenas de embarque/desembarque nos terminais e pontos de ônibus da Grande Vitória, realizada pela Fundação Jones dos Santos Neves, em 1977).

Após obtidas essas informações, serão determinadas as demandas de transporte coletivo existente e futura, na área de influência do sistema hidroviário. Quantificadas as demandas reais por transporte coletivo e as suas projeções para 5 e 10 anos, serão desenvolvidas as etapas seguintes:

SITUAÇÃO ATUAL

Concluído a fase de determinação das demandas de cada linha aquaviária para 1982/85/90, restando a montagem do volume; sendo que os valores obtidos foram entregues à COMDUSA sob os cuidados da Coordenadora Geral do Estudo para apreciação e dar prosseguimento as etapas seguintes do trabalho.

LEGISLAÇÃO SOBRE PARCELAMENTO DO SOLO APLICAÇÃO DA LEI Nº 3384/80

OBJETIVOS:

- Aplicar as normas estabelecidas pela Lei Estadual nº 3.384, de 27 de novembro de 1980;
- Subsidiar as Prefeituras, notadamente naquelas que insidem a legislação, em assuntos referentes ao parcelamento do solo para fins urbanos.

ETAPAS DA ATIVIDADE:

- Fixação das diretrizes urbanísticas a nível estadual para as glebas a serem parceladas;
- Exame técnico do projeto de parcelamento;
- Emissão de certificado de anuência.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

No decorrer do ano em curso, o Instituto Jones dos Santos Neves iniciou o exame dos novos parcelamentos do solo, para fins urbanos, visando a aplicação da Lei nº 3.384/80, que permite a CESAN e a ESCELSA um conhecimento prévio das áreas a serem parceladas, possibilitando, assim, que o planejamento da infra-estrutura seja melhor adequado às disponibilidades existentes.

Por outro lado, a medida permite que as limitações existentes, no atendimento da infra-estrutura, sejam colocadas no memorial descritivo do parcelamento a ser executado, sendo registrado em cartório, resguardando, dessa forma, os direitos dos adquirentes dos lotes.

Essa atividade possibilita, também, o cumprimento do planejamento a nível de estrutura viária, elaborado por órgãos estaduais, tais como DER e IJSN. Assegura, da mesma forma, espaços nas glebas a serem parceladas para fins urbanos, onde serão instalados equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer, segurança pública, cultura e similares.

A aplicação da Lei possibilita maior controle da expansão das áreas urbanas.

Durante o exercício de 1981, foram examinados, para efeitos de aplicação dessa Lei, 19 processos, sendo que 7 receberam Certificados de Anuência, enquanto que outros 19 processos foram analisados a pedido do INCRA, Prefeituras e do Promotor da Vara de Fazenda Pública Estadual.

PLANO DIRETOR URBANO DE CARIACICA

OBJETIVOS:

- Adequar e racionalizar a aplicação de recursos públicos e minimizar os custos financeiros;
- Corrigir as tendências de crescimento desordenado em algumas áreas do município, através da introdução de normas de serviços públicos à comunidade;
- Preservar as áreas e equipamentos de valor histórico, paisagístico e natural;
- Avaliar as distintas funções urbanas e atividades em relação a Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

METODOLOGIA:

- Reconhecimento da realidade do Município de Cariacica - Estudos Básicos;
- Discussão dos estudos básicos pelos vários setores da comunidade, e o estabelecimento das diretrizes para a formulação da Política de Desenvolvimento Urbano;
- Formulação da Política Urbana, sobre as linhas estabelecidas;
- Elaboração de seus instrumentos de ação;
- Atendimento das exigências da Ação Imediata e,
- Implementação da Política estabelecida.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

O ano de 1981 foi marcado pelo início dos trabalhos, a partir de setem
bro, quando foi iniciada a estruturação da equipe de trabalho e elabora
ção do projeto de reurbanização da Avenida Expedito Garcia. A partir de
novembro iniciaram-se as discussões em torno da metodologia a ser desen
volvida.

PLANO DIRETOR URBANO DE VILA VELHA

OBJETIVOS:

- Identificar as potencialidades de desenvolvimento local e seu reflexo na Aglomeração Urbana da Grande Vitória, apresentando proposições e/ou alternativas com vistas ao aproveitamento dessas possibilidades e, evitar ou separar as partes de estrangulamento previsíveis;
- Apresentar um elenco de medidas para que o Município de Vila Velha continue crescendo sem ocorrências de graves problemas que caracterizam o processo de urbanização não planejado, do qual decorre, dando deficiências nos serviços de infra-estrutura (abastecimento de água, esgotos, energia, transportes, etc) e inadequação dos equipamentos urbanos como o mal uso do espaço.

METODOLOGIA:

- Análise preliminar baseada na identificação das variáveis estratégico-explicativas das características e da evolução do processo desenvolvimentista do Município de Vila Velha;
- Equacionar as particularidades de vocação e de funções específicas do Município de Vila Velha, sob dois enfoques:
 1. Como uma das unidades inseridas no sistema global geo-econômico e institucional a que pertence e está condicionada, pela problemática e evolução desse sistema decorrentes de fatores em geral independentes e externos a ela;
 2. Como entidade a ser estudada, analisando e caracterizando seus elementos internos e o tipo de dinamismo de suas relações com o sistema a que pertence.

PERIODICIDADE:

Janeiro 81/janeiro 82

RESULTADOS ALCANÇADOS:

No exercício de 1981, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Projeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano (já transformado em Lei);
- Projeto de Lei do Código de Posturas (já transformado em lei);
- Projeto de Lei do Meio Ambiente (já transformado em lei);
- Estudos de Modernização Administrativa (já implantado);
- Estudos de Ajustes no Código Tributário para fins de cadastro (já implantado);
- Conclusão do Cadastro de Contribuintes, executado pela SERPRO;
- Início do Cadastro Imobiliário Urbano, a cargo do SERPRO;
- Conclusão dos estudos para elaboração do Projeto de Lei de Ordenamento do solo urbano;
- Conclusão da primeira versão do Código de Edificações.

DELIMITAÇÃO DO NOVO PERÍMETRO URBANO DE VIANA

OBJETIVOS:

- Ordenar o processo de ocupação do solo urbano;
- Prevenção de alguns processos e modos de urbanização nas áreas de ex
pansão do município;
- Proteção ambiental à natureza e ao patrimônio histórico cultura;
- Ordenamento do desenvolvimento urbano.

METODOLOGIA:

- Atualização da base cartográfica;
- Levantamento dos projetos de parcelamento;
- Estimativa da necessidade espacial de novas áreas para ocupação urbana;
- Identificar os marcos físicos para traçar o perímetro urbano;
- Elaboração do Projeto de Lei e,
- Explanação do estudo ao Prefeito Municipal e seus assessores e Vereadores.

PERIODICIDADE:

Julho de 81 a novembro de 1981.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

A conclusão dos estudos coincidiu com o término dos trabalhos legislati
vos, impossibilitando, assim que a proposta fosse encaminhada aquela ca
sa para efeitos de aprovação.

PROJETO DE ORDENAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DA SERRA

OBJETIVOS:

- Ordenamento da ocupação urbana existente;
- Estruturação do espaço;
- Proteção ao ambiente natural e ao patrimônio cultural;
- Ordenamento do desenvolvimento urbano.

METODOLOGIA:

- Análise do sítio urbano;
- Análise da evolução dos assentamentos urbanos;
- Elaboração de uma versão preliminar de projeto para o ordenamento urbano;
- Submeter a versão preliminar de projetos à apreciação dos setores públicos, técnicos e comunitários, através de seminários;
- Revisão da versão preliminar;
- Elaboração do projeto final

FASE ATUAL:

Após a conclusão da versão preliminar do estudo, em dezembro de 1979, a então Fundação Jones dos Santos Neves, em janeiro de 1980, um Seminário de Discussão com a participação de técnicos envolvidos no Sistema Estadual de Planejamento. No mês seguinte, realizou, ainda, um Seminário envolvendo entidades de classe do Município da Serra, com o objetivo de colher subsídios acerca do estudo. Em outubro, já tendo introduzidas modificações decorrentes de ambos os encontros, encaminhou o estudo, em versão preliminar, a Prefeitura Municipal da Serra.

Como novidades, em relação ao Plano Diretor de Vitória, o Documento traz uma renovação no conceito de agrupamento de edificações, em relação a conjuntos, condomínios e em relação a urbanização e arquitetura, onde são feitas algumas concessões urbanísticas, em função dos projetos de arquitetura, que são apresentados concomitantemente. Ainda em relação ao PDU de Vitória prevê inovações como:

- Composição do Conselho Administrativo, sendo subsidiado por um Grupo de Assessoramento Técnico.

Os estudos que compõem o Projeto de Lei, foram entregues a Prefeitura Municipal da Serra em novembro de 1980, não tendo, até o final do exercício, o Executivo se manifestado sobre o assunto.

PLANO DIRETOR URBANO DE VITÓRIA

OBJETIVOS:

- Avaliar as distintas funções urbanas e atividades da Aglomeração Urbana da Grande Vitória;
- Assegurar o convívio social da população, tanto a nível de moradia como de cidade;
- Adequar a cidade à estrutura urbana preconizada para a Aglomeração da Grande Vitória, ao crescimento demográfico previsto e às funções regionais do município;
- Preservar e conservar as áreas e os equipamentos de valor histórico, paisagístico e natural;
- Promover o convívio e o equilíbrio entre o homem e a natureza;
- Distribuir a densidade demográfica na área urbanizada, de forma a proporcionar maior economia na distribuição dos serviços públicos à comunidade;
- Corrigir as tendências de crescimento desordenado em algumas áreas do município, através da introdução de normas para ocupação e uso do solo;
- Distribuir os equipamentos na cidade como um todo, de forma a redistribuir os benefícios e oportunidades desses investimentos;
- Racionalizar a aplicação de recursos públicos e minimizar os custos financeiros.

METODOLOGIA

Para melhor equacionar a problemática atual da Grande Vitória dividiu-se o estudo em 19 itens:

- Função da Grande Vitória no contexto regional;
- Evolução da Aglomeração Urbana da Grande Vitória;
- Espaço físico;
- A população;
- Vocação funcional das áreas;
- Circulação e transportes;
- Estrutura urbana proposta para a Aglomeração;
- Reservar áreas necessárias à preservação do patrimônio histórico, ambiental, paisagístico e a proteção de ecossistemas de importância ecológica;
- Indicar as áreas que, a qualquer título, não devam ser urbanizadas;
- Controlar a distribuição das atividades através de um zoneamento de uso e ocupação do solo;
- Estabelecer o condicionamento urbanístico das edificações através de modelos de assentamento;
- Disciplinar o parcelamento do solo urbano;
- Valorizar o sentido de integração social do centro;
- Estimular a formação de uma estrutura capaz de completar e absorver as funções básicas de um centro metropolitano decorrente da construção da terceira via de ligação entre Vitória e Vila Velha;
- Estabelecer uma hierarquia das vias, com fixação de normas e padrões;

- Promover a coordenação intra-governamental com vistas à conservação dos objetivos gerais;
- Compatibilizar e sistematizar as informações pesquisadas e produzidos, pela administração do município, de modo a permitir a organização de um banco de dados;
- Estabelecimento de um programa sobre as prioridades da ação municipal no que se refere aos objetivos do plano;
- Promoção da adequação e aprimoramento do órgão de administração municipal, incumbido da implantação, avaliação e revisão do projeto.

RESULTADOS AVANÇADOS:

Acreditando que, qualquer plano, para ser factível, deve ser entendido como ponto de partida para a ação de ajustamento da realidade urbana ao desejado e referência para as revisões que levam à concepção mais adequada, em face de futuros desenvolvimentos, o Instituto Jones dos Santos Neves, após a conclusão dos estudos e da entrega à Prefeitura de Vitória, no dia 23 de julho de 1979, passou a dar contínua assistência. Nesse sentido, participou dos trabalhos de discussão que sucederam a conclusão do plano e acompanhou as modificações até sua entrega à Câmara Municipal de Vitória, no dia 26 de maio de 1981. Durante o período subsequente, os estudos foram encaminhados à Comissão de Justiça para a formulação de parecer e posterior envio ao plenário para a votação, fase que passou para o exercício de 1982, de acordo com os tramites legais daquela Casa.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

OBJETIVOS:

Cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal de Vitória e o Instituto Jones dos Santos Neves à elaboração de Projetos de interesse e iniciativa da Prefeitura.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

A Prefeitura Municipal de Vitória solicitou dar andamento ao Convênio, a fim de contratar serviços profissionais para desenvolvimento de projetos executivos do Parque do Sua, paisagismo da Av. Marechal Mascarenhas de Moraes e Praça Misael Pena, porém a nova personalidade jurídica do IJSN inviabiliza a execução do Convênio, razão pela qual este encontra-se paralizado. Por outro lado, da execução anterior, que resultou nos anteprojetos, permitiu à PMV a realização das obras da Praça Misael Pena e a licitação do paisagismo da Mascarenhas de Moraes.

REVISTA DA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

OBJETIVOS:

- Promoção de um forum de debates, em torno dos problemas urbanos, regionais, sociais e econômicos do Espírito Santo;
- Divulgação dos resultados de trabalhos científicos desenvolvidos no Espírito Santo.

METODOLOGIA:

- Cada número editado, corresponde a um assunto específico, sendo que os artigos são assinados por pessoal especializado em cada uma das áreas enfocadas.

FASE ATUAL:

O crescente aumento dos custos gráficos impossibilitou o aproveitamento de receitas para a edição do periódico. Com isso, ficaram adiadas as publicações para o ano seguinte quando buscar-se-ã novos recursos capazes de possibilitar o seu retorno como veículo de disseminação de idéias acerca dos problemas urbanos e regionais do Espírito Santo.

SÉRIE DOCUMENTOS CAPIXABAS

OBJETIVOS:

- Promover a disseminação do conhecimento historiográfico do Espírito Santo;
- Auxiliar o entendimento do processo de transformação que permeia a nossa história e, servir como base de futuros trabalhos que tenham como objeto de estudo, a nossa realidade do Espírito Santo.

METODOLOGIA:

- Pesquisa em acervos públicos;
- Organização do material pesquisado;
- Elaboração de periódicos em estilo de livros de consultas.

FASE ATUAL:

Durante o exercício de 1980 foram editadas duas edições, as de nº 5 e 6, destinadas a narrar a história das Constituições do Estado do Espírito Santo.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES

OBJETIVOS:

- . Incentivar pesquisas sobre a realidade capixaba, assegurando, além de subsídios a pesquisadores, o preenchimento de informações de interesse para o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).
- . Fomentar investigações científicas sobre a realidade sócio-econômica e política do Espírito Santo a partir de instrumentos teóricos mais adequados ao contexto estadual, notadamente nas áreas de Planejamento Governamental Global; Planejamento Governamental Setorial; Planejamento Regional; Planejamento Urbano; Demografia, Transportes; Recursos Naturais, Administração Municipal e Administração Pública, durante um período de 6 meses.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Os recursos concedidos se destinam a subsidiar a pesquisadores que desenvolvem estudos por conta própria, cujos resultados venham a contribuir ao processo de planejamento, assegurando-lhes a manutenção para custeio de despesas com passagens e diárias, material de consumo, além do apoio e o acesso às informações técnicas necessárias.

Desde que foi instituído, o Programa já atendeu a 10(dez) Teses: 3 (três) na área de História; 4(quatro) na área de Educação; 1(uma) na área de Direito; 1(uma) na área de Administração e 1(uma) na área de Biologia.

Durante o ano de 1981, devido a contenção de despesas só foi financiado uma tese, na área de Geografia sobre o Processo de Industrialização e a Habitação em Serra-ES, atendendo neste sentido ao esclarecimento de problemas sócio-econômicos do Estado.

3.

CONCLUSÕES

Os projetos, planos e programas apresentados nesse documento, de forma sintetizada, inserem-se em um processo de planejamento, desencadeado a partir de 1976, com a constituição de equipes locais permanentes, dispostas a pensar a realidade capixaba e a apresentar caminhos para aproximar a tomada de decisões dos anseios e expectativas da comunidade a qual se destina.

Tal fato se deve a crescente complexidade das necessidades e aspirações da população capixaba que exige, cada vez mais acentuadamente, a introdução de critérios científicos no processo de tomada de decisões. Soma-se a isso a escassez de recursos e o conseqüente imperativo de se definir prioridades.

O Instituto Jones dos Santos Neves coloca, assim, no decorrer de 1981, novos instrumentos capazes de substituir a decisão por hábito ou por experiência acumulada, por aquela calcada em métodos científicos. Há que se ressaltar, no entanto, que a função de planejar gera anseios no sentido de melhor aproximá-lo das ações, especificamente mediante a proposição das dicotomias tradicionais de *racionalidade x irracionalidade*, *técnica x política* e *teoria x prática*. Substima-se o valor heurístico de certas análises de meios e fins, no sentido de determinar cursos de ação, não atentando para o fator de vir a proporcionar uma base, ainda que provisória, para a tomada de decisões, especialmente quando a experiência passada não oferece muita segurança de análise, como quando se trata de estimar as necessidades e experiências à ação, sobre situações novas ou campos de ação enxplorados.